



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais

A experiência do NEMPS: extensão universitária e práxis antifascista

Arelys Esquenazi¹

Aline Pandolfi²

Angela Rodríguez Prada³

Elisângela Maria Marchesi⁴

Resumo: O trabalho visa sistematizar a experiência extensionista do Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais (NEMPS). Desde 2022, o Núcleo vem promovendo atividades que analisam o fortalecimento da extrema-direita em nível internacional e nacional. Esse processo de formação coletiva tem permitido avançar na compreensão do fascismo clássico e dos processos atuais de fascistização, de forma articulada ao aprofundamento da crise do capital. A experiência do NEMPS evidencia a possibilidade de compreender a extensão universitária como uma ferramenta potente que pode contribuir para a práxis política da classe trabalhadora, fortalecendo-a teoricamente em uma das principais lutas do nosso tempo histórico: a antifascista. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: extensão universitária; formação teórico-política; fascismo; antifascismo; NEMPS.

The NEMPS experience: university extension program and anti-fascist praxis

Abstract: The paper aims to systematize the extensionist experience of the Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais (NEMPS). Since 2022, the NEMPS has been developing activities that analyse the strengthening of the far-right politics in a national as well as international level. The foundation of this space of collective formation of knowledge has allowed advances in the understanding of classic fascism along with current processes of fascistization, all while articulating with the deepening of the capital crisis. The NEMPS' experience shows the possibility to see university extension programs as a powerful tool that can contribute to the political praxis of the working class, strengthening it theoretically in one of the main fights within our historical period: the anti-fascist. The methodology used is a literature review.

Keywords: university extension program; political-theoretical education; fascism; anti-fascism; NEMPS.

¹ Economista. Doutora em Política Social. Professora do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Política Social da UFES. Coordenadora do NEMPS. E-mail: arelyseb@gmail.com

² Assistente Social. Doutora em Política Social. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Política Social da UFES. Subcoordenadora do NEMPS. E-mail: ali_pandolfi@yahoo.com.br

³ Assistente Social. Doutora em Política Social pela UFES. Membro do NEMPS. E-mail: alrprada@gmail.com

⁴ Assistente Social. Doutoranda em Política Social da UFES. Membro do NEMPS. Bolsista Capes. E-mail: elismarchesi@gmail.com

I. O fascismo como expressão política da luta de classes frente à crise sistêmica do capitalismo.

Logo após a primeira vitória eleitoral de Donald Trump em 2016, diferentes autores(as) da ciência política resgatam a noção de “crise da democracia” ou “desdemocratização”, como acertadamente critica Miguel (2021). Enfocado desde essa perspectiva a “crise da democracia” se apresenta como um acontecimento recente e súbito, que colocou sob ameaça um regime que estava trabalhando a contento. Essa compreensão carrega certo saudosismo daquele arranjo específico instaurado nos países centrais na assim denominada “era de ouro” do capitalismo (Saad Filho, 2025). Experiência tida como modelo a ser supostamente resgatado, dada uma conjuntura marcada pela extrema polarização e anomia social e, paralelamente, pelo desencajamento ou apatia política.

Partimos da crítica à visão de uma “crise da democracia” que de forma contingente se instala na esfera da política. Primeiro, porque as tendências políticas atuais se inserem em um processo histórico-social mais longo e complexo, associado às próprias limitações e contradições da *democracia liberal*, burguesa, formal, representativa e restrita – enquanto *forma social específica no capitalismo* (Iase, 2017). Concordamos com Hirsch (2019, p. 82) de que “caso a crise da democracia seja vista, como ocorre agora, como um fenômeno novo e limitado no tempo, se ocultará, entretanto e de forma sistemática, que sua forma dominante liberal-capitalista situa-se num contexto mais amplo, o da crise estrutural” e sistêmica do próprio capitalismo.

Segundo, defendemos que as condições históricas específicas que permitiram uma relativa ampliação do suposto “pacto democrático” no pós-Segunda Guerra Mundial – realidade restrita a alguns países específicos da Europa Ocidental – foram uma exceção na historicidade do capitalismo, portanto, não são reeditáveis (Montoro, 2023). O contexto internacional da luta de classes neste período também favoreceu a conquista de direitos tanto políticos quanto sociais, haja vista o avanço das experiências revolucionárias de caráter socialista em diversas parte do mundo. Assim, nossa análise procurará resgatar as bases materiais e o antagonismo da luta de classe como determinações mais essenciais do atual processo de ascensão de uma extrema-direita com tendências fascistizantes em nível global.

A crise estrutural do capitalismo de finais dos anos sessenta, mina as bases materiais que tornaram possível a ilusão de um capitalismo reformado — como aquele

estruturado com base no pleno emprego e no Estado social ampliado, realidade restrita a determinados países do Ocidente e a certas frações de classe (Behring, 2023). Tratou-se de um contexto em que se articularam os impactos de uma crise econômica e política. Na esfera política, manifestou-se com mais força no final dos anos sessenta, marcada por sinais de revolta e insubmissão social - greves sindicais, pelo movimento estudantil, pelo movimento feminista, pelo movimento negro, pelas manifestações contra a guerra - em várias partes do mundo.

Paralelamente, na periferia do capitalismo, esse período esteve marcado por golpes de Estado e ditaduras militares-civis-empresariais (Santos, 2020), evidenciando que a “crise da democracia” era, e sempre foi, um traço constitutivo do capitalismo dependente. Contexto no qual o Estado de exceção é a regra, e, portanto, “[...] onde se instaura a marca visceral da dependência, da heteronomia [...] e a tendência de Estados pouco republicanos e regimes políticos autocráticos” (Behring, 2023, p. 26). Além do permanente e intenso controle do imperialismo estadunidense na região, processo que historicamente tem procurado conter quaisquer possibilidades de transformação radical, aliando interesses da burguesia internacional às burguesias locais (Fontes, 2010).

Já na esfera econômica, a crise dos anos setenta se expressou por meio da recessão ou estagnação econômica, dos elevados níveis de desemprego e da queda da lucratividade (Nakatani; Marques, 2020). Tratou-se, em essência, de uma crise de superprodução de capital, que como resposta impulsionou a ampliação do sistema de crédito e das diversas formas do capital fictício – capital bancário, ações, títulos da dívida, derivativos e criptomoedas – criam possibilidades de acumulação sob a forma de capital-dinheiro, “[...] cada vez mais ‘irreais’” (Herrera, 2017, p. 08). O processo de reajuste estrutural permitiu uma breve retomada do dinamismo da acumulação capitalista, com base na mundialização do capital, na reestruturação produtiva, no neoliberalismo e na financeirização.

Essa gestão da crise, viabilizada sob a lógica de valorização fictícia do capital, mostra-se relativamente exitosa até o estouro da bolha imobiliária e hipotecária em 2007/2008 (Nakatani; Marques, 2020). Assim, a causa da mais recente crise *estrutural* do capitalismo estaria “na produção excessiva de direitos de apropriação (capital fictício) frente a uma produção de valor insuficiente para respaldar esse crescimento” (Nakatani; Carcanholo; Sabadini, 2025, p.15). Tendência que não só não se resolve como se intensifica a partir desse momento. Nesse sentido, a crise atual é caracterizada como

sistêmica, o que significa dizer que, no capitalismo, não haverá soluções para a crise que resulta de suas próprias contradições (Herrera, 2017).

A resposta à crise mundial de 2007/2008 exigiu intervenções estatais cada vez mais dispendiosas para garantir a retomada da acumulação e socorrer os próprios agentes econômicos que estavam no epicentro da crise (Nakatani, 2021). Posteriormente, por meio do discurso da dívida soberana, legitimou-se um novo processo de socialização das perdas radicalizando as transformações neoliberais em curso (austeridade, contrarreformas, privatizações) e aprofundando os efeitos deletérios do ajuste estrutural sobre as condições de vida da classe trabalhadora. Entendemos o próprio neoliberalismo como um projeto econômico e político do capital essencialmente autoritário, antidemocrático e conservador (Mattei, 2023), que tende a criar condições propícias para o avanço de tendências reacionárias.

Por isso, falar da atualidade da noção de crise do capital é reconhecer que hoje estamos na encruzilhada de uma crise *civilizatória*. É reconhecer que “hoje são maiores as possibilidades de barbarização e banalização da vida, e de desastres ecológicos, bem como de crises econômicas com forte efeito contágio no contexto do capitalismo mundializado, fundado num mar de endividamento público e privado, e que beneficia uns poucos” (Behring, 2023, p. 24). Estes processos intensificam as desigualdades estruturais do capitalismo, aprofundando as tendências da *lei geral da acumulação capitalista* (Marx, 2017). Este cenário também gera transformações na esfera política e acentua a dinâmica da luta de classes.

É neste contexto de crise do capital que se aprofunda sua tendência à violência, ao autoritarismo, ao conservadorismo, à militarização da vida e à desumanização de amplas parcelas da classe trabalhadora pobre, racializada, generificada e periférica (Fontes, 2017). A atual crise política, mais do que uma “crise da democracia”, compõe a *crise estrutural e sistêmica do capital*, catalisando o acirramento da polarização política e da luta de classes em nível internacional e nacional, chegando, inclusive, a erodir as bases do assim denominado Estado democrático de direito em alguns países. É esse contexto que cria as bases materiais, objetivas e subjetivas para o avanço de uma contraofensiva reacionária.

A mais recente crise política se manifesta no declínio da maioria das formas de representação coletiva, no esgotamento das instituições e dos partidos políticos tradicionais e, de forma mais ampla, se expressa na *blindagem* da democracia liberal-

burguesa face às mais limitadas reivindicações e formas de participação popular no espaço político (Demier, 2019; Saad Filho, 2025). Paralelamente, se produz uma “exasperação de mobilizações de setores empresariais e médios, cuja radicalização conservadora amparou-se (...) em um discurso público da “melhoria para todos” enquanto endossaram a exacerbação da violência ideológica e simbólica, além da truculência policial ou paramilitar” (Fonte, 2021, p.75). Essas tendências colocam em xeque qualquer ilusão de implementar políticas de redistribuição social amplas ou de promover uma efetiva inclusão social com base na conciliação de classes (Iasi, 2017).

Assim, é possível aferir que o que tem sido defendido aparentemente pela extrema-direita como “projeto novo” e “antisistêmico” trata-se, na verdade, da defesa da preservação dos velhos interesses da classe burguesa. O discurso na esfera política aparenta dar resposta à crise do capital, mas, na essência, consolida a tendência à concentração de riqueza nas classes dominantes, fortalecendo sua dominação e, ao mesmo tempo, enfraquecendo a capacidade de organização/luta da classe trabalhadora.

O avanço e a radicalização da extrema-direita se constata na ascensão de discursos, movimentos de massas, partidos políticos, líderes e governos abertamente autoritários, nacionalistas, conservadores e neoliberais em diversos continentes (Barros, 2021). “Entre os exemplos mais conhecidos estão: Narendra Modi (Índia), Viktor Orbán (Hungria), Recep Erdoğan (Turquia), Giorgia Meloni (Itália), Netanyahu (Israel)” (Löwy, 2025, s.p.). Essa tendência mundial avança também sobre a América Latina e o Caribe (ALC), território marcado pela luta de classes, ora orientados por perspectivas que se colocam no campo progressista, ainda que avancem com políticas contrarreformistas; ora por forças de caráter autoritário, com traços fascizantes. Atualmente esse fenômeno se concretiza na ascensão da extrema-direita a cargos executivos, como a cadeira presidencial. Exemplos disso são: Jair Bolsonaro (2018-2022) no Brasil; Javier Milei (desde 2023) na Argentina; Nayib Bukele em El Salvador (desde 2019); e, José Antonio Kast (desde 2026) no Chile (Löwy, 2025, s.p.).

Apesar das expressões particulares do avanço da extrema-direita em cada país e das especificidades dessas figuras políticas, há elementos comuns nessas experiências. Alguns desses elementos identificados são: (i) desprezo pela democracia liberal e pelos ritos democráticos, apelo explícito ao autoritarismo, defesa da noção de um Líder, capaz de “restaurar a ordem”; (ii) concepção nacionalista e “patriótica”, protecionismo, antiglobalismo; (iii) ideologia repressiva, culto à violência estatal e paraestatal,

policiacão e militarizacão, apelo ao armamentismo da populacão; (iv) cruzada contra uma suposta “ideologia de gênero”, defesa de uma agenda conservadora e antidireitos contra a populacão LGBTQIAPN+ e contra as mulheres, misoginia/LGBTfobia; (v) continuidade e redesenho das ideias de supremacia racial e do racismo no seu sentido mais amplo; (vi) intolerância religiosa, fundamentalismo, xenofobia e posturas antimigração; (vii) negacionismo climático e científico; (viii) ódio à esquerda, aos sindicatos e aos movimentos sociais; (ix) fortalecimento da propaganda e da perseguicão política aos considerados comunistas, combate ao suposto “marxismo cultural” (Fontes, 2017; Mattos, 2022; Löwy, 2025; Pandolfi, 2025).

Com base nessa perspectiva, a reeleicão de Donald Trump em 2025 é apenas a manifestacão política mais recente da extrema-direita e do avanço de regimes autoritários, com tendência à fascistizacão em nível mundial. Este processo, portanto, tem sido compreendido por nós como resposta da classe dominante, do próprio capital, à sua crise, evidenciando um período de acirramento da luta de classes (Pandolfi, 2025). Quando falamos de uma *tendência à fascistizacão*, é porque entendemos que o fascismo não é simplesmente uma época histórica circunscrita aos *fascismos clássicos*. Assim, refere-se a um movimento de massa, que se organiza através da açao política da direita e seus processos de radicalizacão na luta de classes, sustentada pelo mais profundo conservadorismo e pela retomada de teses de supremacia racial, pelo próprio racismo, com o objetivo de manter o *status quo* através do uso da força.

[...] o fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantacão do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentracão do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionalistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório (Konder, 2009, p. 53).

O Leandro Konder (2009) destaca que o fascismo é uma espécie de seu gênero: a direita. No entanto, “não deve ser confundido com toda forma de ditadura burguesa, nem com a açao regular e articulada das direitas” (Pandolfi, 2025, p.2). O fascismo, portanto, “[...] caracteriza-se como um movimento de massas que mobiliza politicamente a partir de um ideário no campo da direita, da ideologia dominante, particularizando-se em sua radicalidade e aspectos conservadores, mas que tem por finalidade manter a hegemonia das relações de sociabilidade capitalistas” (Pandolfi, 2025, p.2). Trata-se de

uma contrarrevolução ou contraofensiva protagonizada pelas frações políticas mais reacionárias da classe dominante: a extrema-direita.

A partir dessa leitura “o fascismo é um fenômeno que ultrapassa sua forma histórico-concreta” (Pandolfi, 2025, p.2), quer dizer os “*fascismos clássicos*” e, portanto, passa a ser entendido como um fenômeno latente, dinâmico, complexo (Mattos, 2022). Assim, na atual conjuntura enxergamos uma tendência à fascistização que – mesmo sem concretizar-se em um Estado ou regime fascista ao estilo clássico – hoje se metamorfoseia e se expressa através do avanço de movimentos de massa/políticos e de ideologias abertamente autoritários, reacionários e conservadores. Embora eles se apresentem através de um discurso aparentemente antissistêmico e como suposta única possível saída à crise, em essência essas forças constituem uma *contrarrevolução dentro da ordem* que tem por objetivo ampliar a acumulação de capital, reafirmando as relações de dominação, exploração, alienação, violência e de opressão constitutivas da sociabilidade capitalista.

“No lado oposto, esse processo exige da classe trabalhadora esforços de reorganização das lutas, com uma concepção de estratégia e táticas radicalmente críticas à acumulação de capital e que apontem para outro projeto societário” (Pandolfi, 2025, p.6). Nessa linha teórica e militante, o NEMPS enquanto espaço de formação e construção coletiva do qual fazemos parte, tem procurado avançar na compressão dos fascismos históricos e dos processos atuais de fascistização de forma articulada ao aprofundamento da crise do capital, promovendo há vários anos debates críticos sobre a realidade da ALC e do Brasil. A continuação sistematizamos algumas das principais atividades promovidas pelo Núcleo como forma de visibilizar e reafirmar a relevância de uma extensão universitária antifascista.

II. A extensão universitária como prática antifascista: as contribuições do Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais (NEMPS).

Desde que o fenômeno do fascismo se reergueu na quadra histórica atual, muitas têm sido as discussões sobre sua caracterização. Há leituras e análises diferentes sobre este fenômeno. Há ainda discussões que relacionam o fenômeno à “crise da democracia”, como se essa não fizesse parte da própria crise do capital, conforme desenvolvemos no item anterior. Há abordagens que o tratam somente como “extrema-direita”, “novas direitas”, outros o caracterizam como “neofascismo” (Demier, 2019; Mattos, 2022;

Löwy, 2025). Há autores que analisam desde a primeira experiência do fascismo clássico, considerando aquela sua primeira manifestação histórica como movimento de massas, indicando a possibilidade de sua repetição no capitalismo imperialista (Fontes, 2021). Desde este amplo debate teórico, que está imbricado em determinada *práxis política*, o NEMPS tem desenvolvido suas discussões sobre o tema, no sentido de contribuir com a luta antifascista e anticapitalista.

O NEMPS, núcleo vinculado ao Programa de Pós-graduação em Política Social (PPGPS), existe há quase trinta anos desenvolvendo ações de ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A universidade pública em geral desenvolve suas ações a partir do *tripé de ensino, pesquisa e extensão*. No entanto, esse processo não ocorre de forma homogênea ou neutra. A universidade – enquanto espaço de formação técnica e política, de produção de conhecimento e de compromisso com a sociedade – é formada por um espaço plural de saberes atravessados por *disputas teóricas e políticas*, estando fortemente presente em seu interior correntes conservadoras, assim como perspectivas críticas.

Neste sentido, as ações desenvolvidas pelo NEMPS constituem-se em práticas direcionadas por um projeto de Universidade crítica às contradições da sociabilidade capitalista, reforçando o *compromisso social da universidade pública*, defendendo uma formação comprometida com os interesses dos trabalhadores(as) e dos movimentos sociais que constituem a sociedade. A experiência do NEMPS revela que a extensão universitária exige promover espaços que articulem formação acadêmica, política, cultural e saberes populares, a partir do diálogo com movimentos sociais, como: feministas, negro, LBGTQIAPN+, sindicais, da juventude e do campo.

A partir dessa *práxis política*, e com base na teoria social crítica e marxista, o NEMPS se insere nesse contexto de disputa epistemológica, com uma perspectiva oposta aos avanços da extrema-direita, e, em conjunto com os movimentos sociais vinculados a um projeto societário transformador, sobretudo, anticapitalista. É neste sentido que temos pautado um debate sobre os avanços da extrema-direita, e a tendências à fascistização na ALC, a fim de não só compreender esse fenômeno, mas também no sentido de nos colocarmos nas disputas que estão em voga entre distintos projetos societários e os seus rebatimentos para o conjunto da classe trabalhadora.

Uma das atividades do NEMPS é “O Tempo Não Para”, que se trata de um grupo de estudos aberto à graduação e à pós-graduação, com círculos formativos ao longo de

cada semestre. O tema e o conjunto de conteúdos são estabelecidos em planejamento coletivo entre bolsistas da graduação, estudantes da pós-graduação e docentes integrantes do NEMPS, no início de cada semestre. Após o planejamento e a execução da atividade realiza-se a avaliação, também organizados em espaços coletivos como as reuniões do NEMPS. Entre 2022 e 2025 temos realizado formação teórica e análise de conjuntura, tendo como eixo central a compreensão do fascismo em suas determinações históricas e contemporâneas, especialmente no Brasil e na ALC.

No ano de 2022 iniciamos as discussões refletindo sobre capitalismo e democracia. A análise partiu do que se denominou “crise das democracias” e das estratégias do capitalismo para administrar suas contradições desde a esfera política. A análise conduziu à identificação do fascismo como categoria-chave para compreender os processos políticos emergentes, inicialmente caracterizados como extrema-direita. Esse movimento marcou a transição de uma abordagem predominantemente restrita, muito presente no campo da ciência política, ou desde o determinismo na economia para uma análise mais ampla, a partir da teoria social crítica marxista.

Em 2023, sob o eixo “Ascensão do fascismo no Brasil”, o debate se aprofundou na realidade nacional, articulando-a ao cenário internacional. As leituras abordaram desde a relação entre setores do agronegócio e práticas golpistas, até a caracterização do que se denominou de neofascismo como fenômeno global, com destaque para o caso brasileiro. A discussão incluiu ainda a delimitação conceitual da chamada “nova direita”, a disputa de interpretações sobre as jornadas de junho de 2013 e a recuperação histórica do fascismo brasileiro, do integralismo ao bolsonarismo. O conjunto das reflexões permitiu compreender o fascismo como fenômeno histórico contínuo, reatualizado nas condições contemporâneas.

Em 2024, o eixo “Neoliberalismo e democracia” orientou as discussões, enfatizando a relação entre políticas econômicas, autoritarismo e memória histórica. A leitura de obras sobre austeridade e ordem do capital contribuiu para evidenciar o papel do neoliberalismo na corrosão das instituições democráticas e como o capitalismo em crise abriu ao longo da história, e na quadra recente, caminho para o fascismo. Paralelamente, o debate foi enriquecido por reflexões sobre a ditadura civil-militar, a partir de documentários e textos sobre memória e testemunho, bem como por críticas marxistas ao fascismo e análises de sua dinâmica destrutiva. Esse período também foi marcado pela participação do NEMPS em atividades políticas durante a greve docente,

reforçando a articulação entre teoria e prática, contribuindo para uma análise do fenômeno e para uma práxis nas *lutas antifascista e anticapitalista*.

Em 2025, sob o eixo “As origens econômicas e sociais do fascismo”, o processo formativo avançou para uma compreensão mais estrutural e multidimensional do fascismo. As leituras contemplaram a crise do neoliberalismo progressista, a centralidade das questões raciais e de gênero, e as interpretações latino-americanas clássicas sobre o fascismo. Além disso, foram incorporadas análises sobre os desafios da esquerda, as formas de resistência social via momentos sociais e o impacto das transformações tecnológicas e das big techs na dinâmica política contemporânea. O debate ampliou-se, assim, para abarcar as dimensões econômicas, sociais, culturais e tecnológicas do fascismo.

Em síntese, o percurso do NEMPS entre 2022 e 2025 evidencia um movimento progressivo de complexificação analítica: da identificação da crise democrática à compreensão do fascismo como fenômeno estrutural, histórico e multifacetado. O espaço “O Tempo Não Para” consolida-se, assim, como uma experiência de formação crítica contínua, articulando produção teórica, leitura de conjuntura e engajamento político. É assim, que a trajetória do NEMPS revela um *processo formativo crítico, progressivo e articulado*, que parte da crise do capitalismo, passa pela análise concreta do fascismo contemporâneo e chega a uma compreensão mais profunda de suas bases estruturais e das formas de resistência na América Latina.

O percurso formativo desenvolvido pelo NEMPS no âmbito da extensão evidencia a importância de processos contínuos e sistemáticos de formação política para as novas gerações. Ao longo do período analisado, observa-se um esforço consistente de articulação entre diferentes níveis de interpretação da crise do capitalismo à emergência do fascismo contemporâneo, permitindo que os participantes compreendam os fenômenos políticos não como eventos isolados, mas como expressões de determinações históricas mais amplas. Essa perspectiva contribui para evitar leituras imediatistas ou fragmentadas, reafirmando a centralidade da história, da luta de classes e das mediações sócio-políticas na compreensão do presente.

Nesse sentido, o NEMPS cumpre um papel estratégico ao promover uma formação que não se limita à transmissão de conteúdos, mas estimula a reflexão crítica, o debate coletivo e a construção de *sínteses teóricas comprometidas com a transformação social*. Trata-se de um processo que fortalece a capacidade analítica e

política dos sujeitos, ao mesmo tempo em que os insere em uma tradição crítica que dialoga com os desafios contemporâneos.

Destaca-se, ainda, a relevância da extensão universitária como dimensão constitutiva dessa experiência. Ao articular o conhecimento produzido no espaço acadêmico com a realidade concreta da classe trabalhadora, a extensão universitária rompe com a lógica de isolamento do saber e afirma seu caráter público e socialmente comprometido. Mais do que difundir conhecimento, trata-se de um movimento de troca, no qual a realidade vivida também interpela, tensiona e transforma a própria produção teórica. Nesse sentido, compreendemos a *extensão universitária como ferramenta potente que pode contribuir para a práxis política da classe trabalhadora*, fortalecendo uma das lutas principais de nosso tempo histórico, a luta antifascista.

Assim, a experiência do NEMPS reafirma a extensão como prática fundamental para a construção de uma universidade socialmente referenciada, capaz de contribuir efetivamente para processos de organização, consciência crítica e transformação da realidade. Em tempos de avanço de projetos autoritários e de esvaziamento do debate público, iniciativas como essa tornam-se ainda mais necessárias, pois ajudam a formar sujeitos capazes de compreender, questionar e intervir no mundo em que vivem. Em síntese, o trabalho do NEMPS demonstra que a formação política, quando enraizada em fundamentos históricos e estruturais e articulada à prática social, constitui um instrumento essencial para que as novas gerações não apenas interpretem a realidade, mas também atuem coletivamente na sua transformação.

Referências

BARROS, Matheus de Carvalho (2021). Neofascismo e Neoliberalismo: o fenômeno Bolsonaro. **Ensaio**, v.17, p.136-158, 2021.

Behring, Elaine R. Crítica da economia política: método, história, coragem. In: Behring, E; Cislighi, J; Cassin, M. Demier, D; Caitete, T; Souza, G. **Fundo Público, Orçamento e Política Social**. Curitiba: CRV, p. 25-32, 2023.

DEMIER, Felipe. **Crônicas do caminho do caos**: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual. São Paulo: MAUAD Editora, 2019.

FONTES, Virgínia. **O protofascismo** – arranjo institucional e policialização da existência, *Marxismo 21*, maio 2017. Disponível em: <https://marxismo21.org/>. Acesso em: 5 maio 2026.

- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- HERRERA, R. O capital fictício no centro da crise. In: GOMES, H. (org.). **Especulação e lucros fictícios**: formas parasitárias de acumulação contemporânea. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- HIRSCH, Joachim. Crise da democracia – qual crise? **Margem Esquerda**, São Paulo: Revista da Boitempo, p. 81-87, 2019.
- IASI, Mauro Luis. Democracia e fetiche: de homens e fantasmas. In: IASI, Mauro Luis. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr. (ICP), 2017.
- KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LÖWY, Michael. Donald Trump e a Internacional marrom, **A terra é redonda**, 28 maio 2025. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/donald-trump-e-a-internacional-marrom/>. Acesso em: 5 maio 2026.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MATTEI, Clara. **A ordem do capital**: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo. São Paulo: Boitempo, 2023.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. **Relações Internacionais**, v.73, março, p.25-39, 2022.
- MIGUEL, Luis Felipe. Despolitização e antipolítica: a extrema-direita na crise da democracia. **Argumentum**, Vitória, v.13, n.2, p.8-20, maio/ago.2021.
- MONTORO, Xavier Arrizabalo. **Capitalismo e Economia Mundial**. São Paulo: Hucitec: Nova Palavra, 2023.
- NAKATANI, Paulo; MARQUES, Rosa Maria. **Capitalismo em crise**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- NAKATANI, Paulo; CARCANHOLO, Marcelo; SABADINI, Mauricio. Formas do capital, riqueza fictícia e exteriorização das crises capitalistas recentes. **Argumentum**, Vitória, v. 17, p. 1–17, 2025.
- PANDOLFI, Aline Fardin. Fascismo: a face extremista da direita na luta de classes. **Rev Katálisis** [Internet], v.28, 2025.
- SAAD-FILHO, Alfredo. O neoliberalismo em crise: construindo alternativas democráticas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 7, jan./abr. 2025.
- SANTOS, Theotonio dos. **Socialismo ou fascismo**: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano. 1. ed. Florianópolis: Insular Livros, 2020.